

A vida nas roças: a mulher cativa e os caminhos para a liberdade

Virgínia Queiroz Barreto*

Life in the farm: the captive woman and the paths por freedom

Resumo

Apresentarei nesse texto histórias e trajetos de vida de mulheres cativas que viveram na região rural do Recôncavo sul da Bahia entre os anos de 1850-1888. Embora curtas e fragmentadas, as histórias localizadas nos vestígios por elas deixados e recuperadas nos arquivos da região e da capital da Bahia, aqui apresentadas, revelaram-se ricas, fascinantes e intensas. Atravessar a fronteira da escravidão para a liberdade era, certamente, um sonho que se tornou realidade para uma parte significativa dessas mulheres. Utilizando-se de caminhos diferentes, africanas, crioulas, pardas redefiniram sua condição social, conquistaram novos espaços na sociedade que as escravizou e, mesmo que precariamente, desfrutaram de suas liberdades. A história de vida dessas mulheres aqui apresentada, revelam a diversidade de experiências, assim como os múltiplos caminhos percorridos para alcançar seus objetivos. **Palavras chave:** escravidão - pós-abolição - recôncavo baiano

Abstract

I will present in this text stories and life paths of captive women who lived in the rural region of the Southern Recôncavo of Bahia between the years of 1850-1888. Although short and fragmented, the stories located in the vestiges they left and retrieved in the archives of the region and the capital of Bahia, presented here, were rich, fascinating and intense. Crossing the frontier from slavery to freedom was certainly a dream come true for a significant part of these women. Using different paths, Africans, Creoles, browns redefined their social condition, conquered new spaces in the society that enslaved them and, even if precariously, enjoyed their freedoms. The life history of these women presented here reveals the diversity of experiences as well as the multiple paths taken to achieve their goals.

Keywords: slavery - post-abolition - Bahian recôncavo



* Professora Assistente da Universidade do Estado da Bahia – UNEB; Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo – USP; vqbarreto@gmail.com.



Durante o tempo em que vigorou o tráfico, a Bahia foi um dos principais pontos de desembarque de escravos provenientes da África que tiveram como destino final o Brasil. No entanto, grande parte desses sujeitos, comercializados nos mercados de escravos da capital, foram distribuídos para as mais diversas partes da província da Bahia. O levantamento de dados para o Recôncavo sul - região que abrange a contra-costa da ilha de Itaparica, Nazaré, Jaguaripe e suas povoações, revelou a existência de um número relativamente grande de propriedades com poucos escravos sugerindo que, apesar de a Bahia ter recebido, em seus portos, um número expressivo de escravos africanos, essa região não concentrou uma quantidade significativa de cativos e muito provavelmente pouco dependeu do tráfico atlântico para manutenção de seus plantéis.¹ Talvez, a predominância da atividade produtiva ali praticada, ajude a reforçar a tese levantada por Stuart Schwartz de que “nem todos os escravos desembarcados em Salvador permaneceram na Bahia”.²

Era em estabelecimentos rurais proporcionalmente pequenos - se comparados aos seus vizinhos do chamado “Recôncavo tradicional”-, e com número reduzido de escravos, que os lavradores do sul do Recôncavo produziam boa parte dos gêneros alimentícios que abasteciam os mercados e feiras da região. No geral, o trabalho nas roças, a preparação da terra, a colheita e até o transporte das mercadorias para o mercado final, foram praticados por esses roceiros e seus poucos escravos. O exame dos inventários *post-mortem* de senhores falecidos nas décadas de 50-88 do século XIX revela um significativo número de propriedades que utilizavam desses poucos braços negros nas tarefas diárias.

Esse foi, por exemplo, o caso da pequena propriedade de Ana Maria das Neves, falecida em 1875 com testamento. Em seu sítio onde produzia farinha de mandioca e café, contava com apenas duas escravas adultas: Caetana e Damasia. Dentre os poucos bens deixados, estavam:

Um sítio denominado Moenda Seca	200\$000
Uma casa de morada e fazer farinha coberta de telhas sobre esteios e os acessórios de fazer farinha	250\$000
Um cafezal	50\$000
Escravos:	
Damasia, crioula, 27 anos, serviço de lavoura, com dois filhos ingênuos.....	600\$000

1 Os dados levantados para essa pesquisa apontam que no período de 1850-88, apenas 23,3% dos escravos dessa região eram africanos. Se apurarmos mais o olhar para a primeira década após o fim do tráfico localizamos apenas 43,8% de africanos escravizados nessa parte do Recôncavo. APB – Inventários 1850-1888.

2 SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. 1º reimpressão. São Paulo: Cia das Letras, 1995, p. 284.

Caetana, crioula, 28 anos, serviço de lavoura	400\$000
Jacinta, crioula, 9 anos, filha de Caetana, serviço de lavoura	300\$000
Floriana, crioula, 8 anos, filha da mesma escrava Caetana, serviço de lavoura.....	250\$000
Benedicto, crioulo, 5 e meio anos, filho de Damasia, serviço de lavoura.....	200\$000 ³ .

A propriedade de Ana Maria das Neves não constitui uma exceção. Muitas outras, nessa região, tinham o mesmo perfil: praticavam a policultura, algumas possuíam unidades beneficiadoras e contavam com poucos escravos em seus plantéis. De fato, nos estabelecimentos rurais dessa parte do Recôncavo, as fazendas e sítios não empregavam mais que dez cativos em suas lavouras. O levantamento feito nos inventários dos senhores daquela região revelou que 54,3% (mais da metade) dos senhores escravistas do sul do Recôncavo possuíam menos de cinco escravos; e que 22,4% deles detinham a posse de apenas um ou dois.

Além da lavoura que ocupava boa parte do dia de trabalho, outras tarefas cotidianas incluídas em suas lides diárias favoreceu, sobremaneira, a mobilidade de alguns cativos que viviam naquela região. O abastecimento de água, as compras nas vendas rurais, a retirada da lenha nas matas para abastecer o fogão doméstico e as atividades ligadas ao fabrico da farinha eram apenas algumas das atividades que compunham as tarefas diárias dos cativos fora da propriedade senhorial. Atividades essas que, sem dúvida, contribuíram para o convívio e a troca de experiências entre escravos de diferentes propriedades, assim como entre cativos e pobres livres ou libertos.

Como consequência, aqui e ali, era possível se negociar algum tipo de serviço, fora da propriedade rural em que residia, que garantisse algum pecúlio para a compra de suas liberdades. Em 1878, um pequeno fragmento de texto anexado ao inventário de Antonio Nunes Rezende permite-nos vislumbrar a existência de acúmulo de pecúlio, revelando, em última análise, negociações estabelecidas no seio da escravidão rural do Recôncavo.

Recebi da minha escrava Antonia a quantia de cem mil réis, a medica [meia] parte cem mil réis a todo tempo q. me o der os outros cem mil réis receberá sua carta de liberdade; de hoje em diante ficará partindo semana uma para ella, e outra para mim, neste recibo não haverá empassivel nem clauzura nenhuma.

Canga Velha, 1º de Maio de 1876.⁴

3 APB - *Inventário de Ana Maria das Neves*, (04/1517/1986/14), 1877.

4 APB - *Inventário de Antonio Nunes Rezende*, (03/1420/1889/09), 1880.

Ao apresentar na justiça “o título junto de um pecúlio da referida quantia”, de sua avaliação no inventário do seu senhor, a crioula Antonia reivindicava o direito a sua carta de liberdade.⁵ A documentação apresentada por ela na ocasião do falecimento do seu senhor, revela sua luta pela manumissão, embora pouco ou nada se saiba das circunstâncias para a aquisição de tal pecúlio. Sabe-se, entretanto, que era um costume entre os escravizados o acúmulo dos poucos recursos que conseguiam amealhar em atividades executadas durante o seu tempo livre para o fim da liberdade mesmo antes da Lei 20.040, de 28 de setembro de 1871, quando esse “costume” passou a ser reconhecido juridicamente.⁶

Todo o esforço de Antonia no sentido de conquistar sua liberdade ficou registrado no pequeno trecho daquele recibo passado em 1876. Se o documento apresentado pouco diz acerca das atividades que aquela escrava executou para adquirir tal quantia, a leitura minuciosa do inventário dos bens de Antonio Nunes Rezende, no qual ela figura como escrava, permite fazer algumas considerações acerca da vida daquela mulher escravizada. O domínio daquele senhor se estendia a três grandes propriedades localizadas na freguesia de Santo Antônio de Jesus onde as principais atividades estavam ligadas às lavouras de mandioca, cana e café.⁷

Sob o domínio daquele senhor, foram registrados em testamento 33 escravos, sendo: vinte do sexo masculino e treze do sexo feminino, entre eles figuravam a escrava Antonia, crioula de 68 anos de idade. Ela e seus companheiros de cativeiro parecem ter se ocupado, além das lavouras, da produção do açúcar e da aguardente - principal fonte de renda daquelas propriedades - e no processo de fabricação da farinha de mandioca. A produção do fino grão que, do ponto de vista econômico, parece ter sido menos rentável que o açúcar devido à constante variação de preços no mercado, revelou-se ideal sob muitos aspectos. Parte da produção da farinha era destinada à subsistência da própria escravaria, enquanto que

5 APB – *Inventário de Antonio Nunes Rezende*, (03/1420/1889/09), 1880.

6 Variados estudos fazem referências a “gratificações” em dinheiro adquiridas por escravos que exerciam ofícios especializados nas fazendas e sítios, assim como ao trabalho cativo como jornaleiros e vendeiros em seus dias livres, tanto por aqueles que viveram na área rural, quanto aos que tiveram a experiência do cativeiro nas áreas urbanas do Brasil escravista. Entre eles, ver: DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984; WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. *Sonhos africanos, vivências ladinhas: escravos e forros em São Paulo (1850-1888)*. São Paulo: Hucitec/Programa de História Social- USP, 1998; SLENES, Robert W. *Na senzala uma flor: esperanças e reconstruções na formação da família escrava - Brasil, Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999; MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista (Brasil século XIX)*. 3. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2013.

7 Apesar do predomínio dos minifúndios no Recôncavo sul, algumas propriedades rurais se destacavam nesse cenário pelas suas dimensões espaciais e número expressivo de cativos. As três propriedades localizadas no inventário de Antonio Nunes Rezende (1878) foram: Fazenda Canga Velha; Fazenda Santo Antonio e Fazenda Riachão. APB – *Inventário de Antonio Nunes Rezende*, (03/1420/1889/09), 1880.

o excedente era comercializado no mercado local. Ademais, o cultivo da mandioca, por não ter sazonalidade, mostrou-se adequado para manter a escravaria ocupada o ano inteiro.⁸

Do alto da casa grande, construída sobre pilares, como observado pelos avaliadores, Antonio Nunes Rezende determinava as atividades que deveriam ser executadas. O contato direto daquele senhor com seus escravos revela aspectos da escravidão nessa parte do Recôncavo. O emprego de “capatazes” no trato dos escravos quase não existiu naquela freguesia rural, mesmo entre os senhores com propriedades maiores, como o caso em estudo; o comum foi o próprio senhor lidar diretamente com seus escravos. É bem provável que essa ligação não só tenha favorecido o contrato que a escrava Antonia estabeleceu com o seu senhor, como também pode ter facilitado a criação de possibilidades de ganho extra.

A existência da roça escrava naquelas propriedades, embora não tenha sido sinalizada na documentação estudada, era efetivamente uma realidade incentivada pelo próprio senhor. A historiografia tem analisado a questão da roça escrava sob diversos aspectos; entre eles, os significados que esta tinha para senhores e escravos.⁹ Segundo Hebe Mattos, “por diversas vezes os senhores investiram na diferenciação interna da experiência do cativo, enquanto estratégia explícita de controle social de seus escravos” e a roça escrava foi, seguramente, uma das muitas estratégias de senhores escravistas do Recôncavo para manter o seu domínio, mesmo entre aqueles que possuíam poucos escravos.¹⁰

Se, para o senhor, a concessão de um pedaço de terra onde o escravo pudesse plantar poderia significar “controle social de seus escravos” e uma forma para que o próprio escravo garantisse sua sobrevivência; para o escravo que vivia na zona rural, essa era, objetivamente, uma oportunidade para conseguir algum recurso, ampliando a possibilidade de viabilizar projetos de médio e longo prazo. Certamente, a conquista da liberdade figurava entre esses projetos futuros. Os frutos das roças e da exploração da mata e do mangle - abundantes na região - junto com a criação do

8 BARICKMAN, B. J. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no recôncavo, 1780 - 1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 276.

9 Sobre essa questão, ver, entre outros: CHALHOUN, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990; SLENES, Robert W. *Na senzala uma flor...*, Op. Cit; FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Campinas - SP: Editora da UNICAMP, 2006; CASTELLUCCI Jr. Wellington. *Pescadores e roceiros: escravos e forros em Itaparica na segunda metade do século XIX, 1860-1888*. São Paulo: Annablume: Fapesp; Salvador: Fapesb, 2008; MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio...*, op. Cit.

10 MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio...*, op. Cit, p. 139. Com relação ao benefício da economia escrava para os senhores e a “função ideológica” dessa economia como forma de controle social, ver também: SILVA, Eduardo. “A função ideológica da brecha camponesa”. In: REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989; SLENES, Robert. *Na senzala uma flor...*, op. Cit.



gado pequeno e às vezes de alguns porcos, além da utilidade no consumo imediato, poderiam ser vendidos, seja ao próprio senhor, seja a vendedores ambulantes. Mulheres libertas como, por exemplo, Perpétua Maria dos Passos, “comprava ovos para vender” nas ruas da cidade de Nazaré. Trabalho que exercia cotidianamente para garantir o sustento de sua família.¹¹

As frequentes referências a dívidas contraídas pelos senhores junto aos seus escravos, localizadas nos inventários *post-mortem*, revelam a existência de uma micro-economia que se formava em torno da experiência do cativo. Além dos produtos da roça, vendidos para amearhar alguns vinténs, havia outras maneiras para as cativas ganharem dinheiro, a manufatura doméstica de objetos para a venda era uma delas. Cestos feitos de piaçaba ou cipó, assim como talhas, panelas e outros utensílios produzidos com barro retirado nas proximidades das fazendas serviam para atender a própria demanda dos cativos, como também seriam destinados à venda (clandestina ou não) na vizinhança da fazenda. Os cestos que as pretas carregavam nas cabeças - amplamente observados por viajantes estrangeiros em vários locais do Brasil oitocentista - bem poderiam ter sido produzidos nessa “indústria” doméstica gerada no seio do cativo.¹²

Além das possibilidades de ganho sinalizadas acima, o trabalho remunerado executado pelo escravo em seu tempo “livre”, seja para seu próprio senhor ou para outro, era uma realidade para o escravo que possuía alguma especialidade. Pode-se vislumbrar a importância de se ter uma especialidade na trajetória de dois africanos que viveram na ilha de Itaparica, verificada pelo historiador Wellington Castellucci Junior. Segundo suas observações, em 1849, o africano Marcos comprou sua carta de liberdade pagando o valor de 900\$000 réis que amearhou como barbeiro, atividade que executou “diariamente na vila de Itaparica e em outras localidades” com a permissão do seu senhor. Parte do ganho adquirido com aquela atividade era entregue ao senhor, e a outra parte, “uma quantia nada desprezível [utilizou] para a compra de sua liberdade”.¹³

Na historiografia da escravidão encontra-se pesquisas esparsas que documentam situações semelhantes a que viveu, em Itaparica, o africano Marcos citado acima, nas quais o trabalho especializado garantiu uma renda “nada desprezível”. Em Vassouras, município do Rio de Janeiro, por exemplo, Robert Slenes localizou, na prestação de contas do inventarian-

11 APB - *Inventário de Perpétua Maria dos Passos*, (05/1828/2299/12), 1866.

12 AUGEL, Moema Parente. *Visitantes estrangeiros na Bahia oitocentista*. São Paulo: Cultrix; Brasília: INL/MEC, 1980; HABSBURGO, Maximiliano de. *Bahia 1860: esboços de viagem*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1982.

13 CASTELLUCCI Jr. Wellington. “De cativos a baleeiros: uma amizade indissolúvel entre dois africanos no outro lado do Atlântico. Itaparica (1816-1886)”. *Topoi*. Rio de Janeiro, vol. 15, n. 29, p.444-472, jul./dez., 2014, p. 454.

te, o registro de uma quantia considerável (3:431\$000) para pagamento a escravos entre novembro de 1877 e agosto de 1882. Segundo esse documento, “os gastos incluíam gratificações a escravos por serviços diversos - por exemplo, ‘pela limpa de cafezais’ ‘pela colheita’, pelo ‘arrancamento de formigas’ - e pagamento de ‘alugueis’ (salários) de escravos nos domingos e dias santos”.¹⁴ Ademais, como já foi dito, no Recôncavo sul, as condições materiais possibilitadas pela existência de fontes extrativistas - a mata, os rios e o mangue - ampliaram substancialmente tanto o “consumo” de objetos de pouca monta entre a escravaria, como viabilizaram projetos de liberdade.

Nos processos criminais pesquisados, foram localizadas situações em que o cativo adquiriu objetos para o consumo imediato como roupas e outras “tralhas”. Em 1864, as investigações feitas pelo Chefe de Polícia de Nazaré envolvendo o roubo de uma arca com roupas, rendas e outros objetos, praticado por Manoel Damásio de tal, revelaram que os objetos roubados foram adquiridos pela escrava pertencente à costureira Maria de Oliveira. Esta, ao ser questionada sobre as rendas declarou “que a escrava da casa tinha comprado duas varas de renda”, provavelmente com dinheiro adquirido de atividades executadas fora do cativeiro.¹⁵

Se é incontestável que os escravos conseguiram um certo espaço para adquirir algum recurso, pode-se afirmar que Antonia, a já referida personagem, aproveitou muito bem esse “espaço” concedido pelo seu próprio senhor para conquistar sua liberdade. Obviamente que o caminho por ela trilhado foi árduo e longo, afinal a “liberdade é custosa” para qualquer escravo e, talvez, fosse ainda maior para as mulheres cativas que viveram na zona rural do Recôncavo sul da Bahia.

Fruto do cativeiro, como tantas outras crianças nascidas no Brasil, logo denominadas crioulas, Antonia viveu a condição escrava até meados de 1876, quando apresentou 100\$000 (quantia considerável para uma cativa adquirir) para a compra de sua liberdade, mas que só quitava uma parte da sua avaliação, estimada em 200\$000 “por ser velha e doente”. Àquela época, ela já contava com 66 anos de idade e obteve de seu senhor um contrato de trabalho que, se não a tirou definitivamente da escravidão, possibilitou-lhe uma maior mobilidade. Durante os dois anos - período entre a assinatura do contrato e a morte do senhor - em que valeram os termos do acordo, a crioula Antonia viveu na fronteira entre a escravi-

14 SLENES, Robert W. *Na senzala uma flor*, op. Cit., p. 205.

15 APB – *Processo crime*, Alexandrina Maria Jesus, (05/199/03), 1864.

dão e a liberdade.¹⁶ O contrato dava a possibilidade de a escrava “partir” semana, uma para ela e outra para seu senhor, o que certamente a deixou mais perto da liberdade, mas, ainda assim, na escravidão.¹⁷ A coartação, situação em que é dado ao escravo o direito de procurar próximo ou distante do domínio senhorial os meios para saldar prestações referentes à compra de sua carta de alforria, vivida pela escrava Antonia no Recôncavo sul da Bahia, foi documentada em outros estudos sobre escravidão em diversas partes do Brasil.¹⁸

Situações envolvendo coartação como a estabelecida entre Antonia e seu senhor (registrada no inventário aberto em 1878) não se constituiu como um traço comum nas negociações pela liberdade entre a escravaria do sul do Recôncavo e seus senhores. Assim como situações envolvendo a compra da manumissão através do Fundo de Emancipação. Nos registros do tabelionato de Nazaré, localizamos apenas uma situação, a do escravo Benedicto, em 1883, cujo fundo foi efetivamente o meio da conquista da liberdade.¹⁹ Além dele, em 22 de Agosto de 1885, receberam suas alforrias mais seis escravos pertencentes à Villa de Santo Antonio de Jesus, à época já desmembrada do município de Nazaré.

Os fundos de emancipação, que para Camillia Cowling, promoveram intensos debates, entre os abolicionistas do Rio de Janeiro e do Recife, de fato não se constituíram no mais importante meio de “bancando a liberdade”. Nas duas capitais estudadas pela historiadora, os escravos que de fato foram libertados por esses fundos não chegaram a 4% da população escravizada do período. Ainda segundo a mesma autora, provavelmente essa “insignificante” quantidade de escravos que alcançaram suas manumissões através desse meio legal, tenha desestimulado pesquisas nesse campo.²⁰ No caso desta pesquisa, a falta de maiores detalhes sobre essa possibilidade de conquista da liberdade, no apagar das luzes do escravismo brasileiro, deixam lacunas sobre sua relevância para os escravizados daquela Comarca.

16 Cf. Schwartz “Nem mesmo a condição social de escravo estava isenta de variações, pois o costume português no Brasil reconhecia a condição de ‘coartado’, ou seja, o escravo que conseguira o direito, expresso pelo seu proprietário em *testamento* ou outro documento, de pagar pela própria alforria; a esse cativo era permitida uma certa liberdade de movimentar-se (...)” (Grifo nosso). Sobre a coartação ver: SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos...*, op. Cit.

17 APB – *Inventário de Antonio Nunes Rezende*, (03/1420/1889/09), 1880.

18 Sobre a coartação ver: PAIVA, Eduardo França. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do Século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos*. 2. ed. São Paulo: Annablume, 1995; SOUZA, Laura de Mello e. *Norma e conflito*. Aspectos da história de Minas Gerais no século XVIII. Belo Horizonte – MG: Editora da UFMG, 1999; SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos...*, op. Cit.

19 APB – *Testamento de Jerônimo Coelho Sampaio*, Nazaré, 1883.

20 COWLING, Camillia; CASTILHO, Celso. “Bancando a liberdade, popularizando a política: abolicionismo e fundos locais de emancipação na década de 1880 no Brasil”. *Revista Afro-Ásia*, Centro de Estudos Afro-Orientais - FFCH/UFBA, Salvador, nº. 47, p. 161-197, 2013.

A relação apresentada no Quadro abaixo expõe a liberdade de três mulheres, duas casadas e uma solteira. Entre os escravos listados, apenas Luiza, solteira e com seis filhos menores de oito anos de idade apresentou pecúlio para compor o valor de sua avaliação.

Quadro 1 - Escravos libertados por conta do Fundo de Emancipação - Santo Antonio de Jesus, 1885.

Nome	Idade	Estado	Pecúlio com que contribuiu o escravo	Relação das preferências estabelecidas em Lei	Indenização do valor do escravo	Observações
Amancio	23 anos	Casado	-	Casado com pessoa livre	500\$000	
Luiza	26 anos	Solteira	100\$000	-	500\$000	Tem seis filhos menores de 8 anos de idade.
Thomé	35 anos	Casado	-	Casado com pessoa livre	600\$000	
Rosa	49 anos	Casada	-	Casada com escravo de outro senhor	300\$000	
Benedicta	35 anos	Casada	-	Casada com pessoa livre	400\$000	
Antonio	45 anos	Casado	-	Casado com pessoa livre	250\$000	

Fonte: APMSAJ, Escravos libertados por conta do Fundo de Emancipação, Santo Antonio de Jesus, 22 de Agosto de 1885. Caixa sem identificação.

Em Nazaré, essa realidade não foi diferente de outros lugares do Brasil. O mais comum nessa parte do Recôncavo foi a conquista da liberdade através do pecúlio (compra). De fato, a grande maioria dos escravizados da Comarca de Nazaré, conquistaram suas liberdades através da compra, representando quase 80% de todas as cartas registradas nos livros de notas do tabelionato e na amostra de inventários e testamentos estudados.²¹ Destes, apenas 3,4% - cinco alforrias no universo de 146 cartas registradas - foram obtidas a partir da compra parcelada, isto é, o cativo deveria liquidar o pagamento em parcelas estipuladas pelo seu senhor.

Levando-se em consideração apenas os registros efetivados nos livros de notas do tabelionato de Nazaré para os anos de 1850-1888, encontra-se a seguinte situação: 90 cartas de liberdade, 707 escrituras públicas de compra e venda e 78 escrituras envolvendo outras transações (hipoteca, doação e escritura de locação). Entre compra e venda, cartas de liberdade, hipoteca, doação e escritura de locação, os livros de notas do tabelionato de Nazaré para os anos de 1850-1888 registraram negociações envolvendo 875 escravos. Neles, as negociações de compra e venda representaram mais de 80 por cento, e as cartas de liberdade giravam em torno de 10 por cento. Os dados localizados neste estudo se aproximam muito dos encontrados por Erivaldo Neves para a região de Caetité. Se-

21 APB – *Livros de Notas do Tabelionato de Nazaré, (1850-1888); Inventários (1850-1888).*

gundo esse autor, as alforrias naquela localidade giravam em torno de 12 e 13 por cento com uma pequena variação no decênio de 1870, justificada pelo mesmo como sendo efeito do tráfico interno na região.²²

No montante de 151 alforrias localizadas nos Livros do Tabelionato e nos Inventários post-mortem de senhores falecidos entre os anos de 1850-1888, pouco mais da metade, 76 alforrias (50,3%), foram concedidas a mulheres cativas, 46 alforrias (30,5%) aos escravos do sexo masculino e 29 alforrias (19,2%) foram conferidas a crianças com idades entre 2 meses e 12 anos²³.

Os dados revelam que as mulheres foram as que mais conseguiram suas alforrias, chegando a 63,6 por cento de todas as cartas de liberdade registradas, confirmando as constantes negociações travadas entre elas e seus senhores, seja na concessão de espaços de autonomia, seja no agenciamento de seus ganhos ou, em muitos casos, na prestação dos “bons serviços” como foi revelado nas referidas cartas. Uma luta cotidiana que tiveram de empreender superando os diversos obstáculos que a vida no cativeiro lhes impunha, entre as quais o nascimento de filhos cativos teria sido apenas uma delas.²⁴

A participação ativa da mulher cativa nas transações envolvendo suas liberdades e a de seus filhos esteve presente em todo tipo de alforria, fossem as consideradas gratuitas, incondicionais ou as com condição de serviço (quando não havia uma contrapartida financeira), ou aquelas adquiridas através do pagamento de pecúlio. Ao estudar as alforrias na Bahia, João José Reis concluiu que as alforrias eram resultado da barganha entre as partes envolvidas.²⁵ Assim, pode-se observar que, em geral, o escravo participava ativamente da negociação que envolvia sua liberdade ou de algum parente. Mesmo nas chamadas “incondicionais” (situação em que a liberdade era concedida gratuitamente e sem condição alguma), ficava patente a participação da escrava para conquistá-la. Afinal, quando o senhor revelava que a concedia gratuitamente “pelo bom serviço que me tem prestado”, deixava implícito o empenho da cativa em conquistar o reconhecimento do senhor. Seja qual fosse a motivação que levou o senhor a conceder a manumissão de seu escravo, ficava evidente que as

22 NEVES, Erivaldo Fagundes. “Sampauleiros traficantes: comércio de escravos no Alto Sertão da Bahia para o Oeste Cafeeiro Paulista”. *Afro-Ásia*. Centro de Estudos Afro-Orientais – FFCH/UFBA, Salvador, n. 24, pp. 97-128, 2000.

23 APB – *Livro de Notas do Tabelionato (1850-1888); Inventários – amostragem (1850-1888)*.

24 O censo de 1872 computou 8.404 escravos vivendo no município de Nazaré, destes 4.733 (56,3%) eram do sexo masculino e 3.671 (43,7%) eram mulheres. Ver *Relatório do Censo Demográfico de 1872*. Disponível em: < <http://biblioteca.ibge.gov.br> >. Acesso em: 29 de maio 2012.

25 REIS, João José. *Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 87.



estratégias criadas pelos cativos eram sempre um componente decisivo na conquista definitiva de sua liberdade.

É sempre preciso lembrar que a liberdade foi uma via de mão dupla. Assim como o escravo esperava conquistar alguma vantagem na negociação, o senhor também avaliava cada concessão como uma forma de lhe garantir algum benefício (fosse ele visível ou invisível). O benefício visível seria o retorno do valor monetário investido em tal bem - neste caso, quanto o cativo pagaria pela própria liberdade -, enquanto que o benefício invisível, mais difícil de se apreender, pois ele aparece oculto nas entrelinhas dos documentos de manumissão, eram as situações em que o cativo tinha sua liberdade condicionada. Das 22 cartas condicionadas a “acompanhar o senhor até sua morte”, entre os anos de 1850-1888, oito eram de *crias da casa*, com idade entre 1 e 13 anos, cujas mães permaneciam no cativeiro, o que também representava a tênue fronteira entre a escravidão e a liberdade. O fato de as crianças alcançarem a condição de libertos, enquanto suas mães permaneceriam cativas, significava, entre outras coisas, que essas crianças embora fossem livres de direito, mantinham suas trajetórias enraizadas na escravidão. Sobre a alforria condicional, Mary Karasch acrescenta que ter sua liberdade condicionada a prestar serviço ao senhor, ou a alguém por ele designado pouco mudava na vida do cativo, pois “os proprietários tratavam os escravos alforriados condicionalmente como escravos”, além de viverem constantemente sujeitos à revogação da alforria.²⁶

Nos casos em que a liberdade era concedida gratuitamente e sem condição alguma, observou-se que quase um terço deles relacionava-se a crianças cujas mães continuavam cativas (15 casos) ou a idosos com mais de 60 anos (5 casos). Essa avaliação nos autoriza a dizer que, na prática, a concessão ‘gratuita’ de uma alforria, condicionada ou não, era mais utilizada pelos proprietários como uma “estratégia de controle do que numa demonstração de generosidade” como também avaliou Fátima Pires ao estudar as alforrias na região do Rio de Contas, alto sertão da Bahia.²⁷

No entanto, não se pode negar que no sul do Recôncavo, onde os plantéis variavam em média entre dois e dez cativos, a convivência diária teria favorecido negociações variadas entre senhores e seus poucos escravos. Aproximação essa que, segundo Barickman, “talvez tenha estimulado um sentimento de camaradagem entre os pequenos agricultores e seus cativos”.²⁸ Em certa medida, as manumissões concedidas gratuitamente

26 KARASCH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

27 PIRES, Maria de Fátima Novaes. “Cartas de alforria: ‘para não ter o desgosto de ficar em cativeiro’”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 26, n° 52, p. 141-174, 2006, p. 146.

28 BARICKMAN, B. J. Um contraponto baiano..., op. Cit., p. 252.

nasceram também dessas formas de convívio mais próximas ou provavelmente da dificuldade que tinham os proprietários de alimentarem seus escravos.

A documentação escrutinada evidenciou ainda a presença significativa de “negras de ganho” atuando nas praças de Nazaré e em suas freguesias; negociando suas próprias produções ou atuando como intermediárias na venda de variados produtos. Luís dos Santos Vilhena, o cronista do século XVIII, descreveu a atuação dessas mulheres no Recôncavo. Segundo suas palavras ao amigo Filipono, a produção de mariscos e peixes daquela região, “onde se pesca delicioso peixe, e se tiram diversos mariscos”, era levada à cidade “onde prontamente lhos comprem as negras atravessadeiras, que depois os *revendem pelo triplo*, não só para sustento dos escravos, como para regalo de muitos brancos”.²⁹ Provavelmente, em situações em que o pequeno proprietário tinha dificuldade em manter minimamente o sustento de seus escravos, o ganho ou aluguel pode ter sido uma alternativa utilizada por estes, garantindo, de certa forma ao escravo, alternativa de ganho extra para a compra da alforria.

Qualquer que fosse a intenção dos senhores e as estratégias dos escravos, o que fica patente na leitura dos documentos de alforria é que a grande maioria das liberdades só foi concedida mediante pagamento do pecúlio. O uso do pecúlio para obtenção da liberdade era para o escravo uma possibilidade real, como vêm salientando os historiadores Maria Odila Leite da Silva Dias, Robert Slenes e Sidney Chalhoub;³⁰ e, na região estudada, o número significativo de escravos que conquistaram suas liberdades através do pecúlio revela que eles sabiam da necessidade de negociação com seus senhores para conquistar os recursos necessários para tal fim, sem o qual o senhor não abriria suas mãos para conceder a tão almejada liberdade.

Muito embora o pecúlio tenha se revelado como a alternativa mais viável para a conquista da alforria em Nazaré, pouco ou nada é apontado nas cartas de liberdade acerca das condições de aquisição de tais recursos. Assim, não há como se estabelecer uma história da vida de mulheres que viveram no cativeiro fazendo apenas a leitura das cartas de alforrias. Se, por um lado, elas se constituem como um importante documento para se fazer uma análise quantitativa das alforrias concedidas naquela localidade, por outro lado, elas são omissas tanto com relação às origens do pecúlio quanto sobre as negociações estabelecidas entre as partes interessadas.

29 VILHENA, Luís dos Santos. *A Bahia no século XVIII*. Vol. 1. Salvador: Editora Itapua, 1969, p. 479.

30 DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder...*, op. Cit.; SLENES, Robert W. *Na senzala uma flor...*, op. Cit.; CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade...*, op. Cit.



Nesse sentido, a leitura dos inventários e testamentos revelou-se mais esclarecedora. No seu leito de morte, os senhores confessavam ligações afetivas, faziam concessões e também declaravam gratidão e dívidas - afetivas e monetárias - com seus cativos. Através desse tipo de documento, pode-se conhecer um pouco mais da vida de mulheres escravas e suas aventuras para sobreviver à dura condição imposta pelo cativeiro. Pouco ou nada se saberia da vida da escrava Bonifácia, uma crioula de 25 anos, por exemplo, se não fosse a dívida revelada no testamento de seu senhor. A vida de Bonifácia, escrava de João Paulo de Souza, pouco a pouco foi sendo evidenciada através da leitura do testamento daquele senhor. Em 1860, João Paulo de Souza, bastante enfermo, declarou, entre outras coisas, que:

... lhe sou mais devedor da quantia de trezentos mil réis, [à escrava Bonifácia] total de diferentes quantias que me tem dado a guardar, produto de algum trabalho seo e animais que tem criado³¹.

185



Os trezentos mil réis que adquiriu com “algum trabalho seo” fora do cativeiro haviam sido conquistados através da criação de animais (principalmente galinhas e porcos) que, criados nas pequenas propriedades, tinham como destino certo a venda nas feiras locais. Com astúcia de boa negociante, Bonifácia conseguiu angariar recursos os quais ficavam sob a guarda de seu senhor. Se para obter a autorização daquele senhor para criar e vender porcos e galinhas ela teve de conquistar sua confiança, por outro lado, o fato de ter deixado sob a guarda do mesmo os recursos adquiridos em suas transações comerciais revela que ela própria guardava, junto àquele senhor, uma relação de confiança mútua. Nesse caso específico, “fidelidade” e confiança foram elementos que permearam a relação entre senhor e escrava, como revela o documento testamental. Certamente, obter credibilidade junto aos seus senhores para garantir, mesmo que minimamente, o direito de movimentar-se, fez parte da estratégia de outras mulheres que na condição de escravas vislumbravam poucas opções para obter a sonhada alforria. No caso de Bonifácia, sua conduta lhe rendeu não apenas a possibilidade de ganho extra, como também a alforria gratuita de sua filha Francisca Romana, parda, e dela própria “pela fidelidade com que nos tem servido athe hoje”³².

31 APB – *Testamento de João Paulo de Souza*, Livro nº 4, Nazaré, 1860, p. 09.

32 APB – *Testamento de João Paulo de Souza*, Livro nº 4, Nazaré, 1860, p. 09.

A justificativa para a concessão dos benefícios que João Paulo fez a Bonifácia em seu testamento deixa transparecer estratégias que muitas outras mulheres cativas podem ter também utilizado para conquistar a manumissão. Um dos caminhos para a conquista da alforria pode ter sido a postura fiel e obediente, aos olhos de seus senhores, o que traria mudanças significativas em suas vidas.

Se o acúmulo de poucos recursos, que mal davam para cobrir parte de suas liberdades, foi uma realidade vivida por mulheres escravas no sul do Recôncavo, o estudo das cartas de liberdade ‘concedidas’ e registradas nos livros de notas do tabelionato autoriza dizer que foi, exatamente em função destes poucos recursos, que mais da metade (52,3%) dos escravos (homens e mulheres) conquistaram o direito à manumissão.

Dos 151 escravos alforriados, 50 (33,1%) receberam a liberdade incondicional, 22 (14,6%) receberam cartas condicionadas à prestação de serviços e, como já foi dito, 79 (52,3%) adquiriram-na com pagamento de pecúlio. Comparando esses dados aos que apresenta Maria de Fátima Pires para o alto sertão da Bahia, pode-se depreender que, no sul do Recôncavo, diferente daquela realidade apresentada pela historiadora, a maioria dos senhores escravistas só abriram mão de seus escravos mediante pagamento e, certamente, a escravaria estava atenta a essa peculiaridade.³³ Pelo menos, é o que revela a grande quantidade de escravos que conquistaram suas alforrias mediante indenização do valor de sua avaliação.

Interessante observar que dos 151 escravos alforriados entre os anos de 1850-1888, 50,3 por cento eram do sexo feminino e pagaram uma média de 455\$000 réis por sua liberdade; os do sexo masculino representaram 30,5 por cento dos alforriados no período³⁴. Das setenta e seis mulheres que cruzaram a fronteira da escravidão para a liberdade, quarenta e duas delas (55,3%) o fizeram através do pagamento de pecúlio, vinte e três (30,2%) receberam cartas gratuitas e sem condição alguma e onze delas (14,5%) tiveram suas cartas condicionadas à prestação de serviços. Mais do que números, os dados acima revelam que as mulheres cativas foram as que mais se empenharam na busca de suas alforrias.

33 Maria de Fátima Pires localizou, entre os anos de 1870-1888, 407 escravos alforriados. Destes, 114 (28%) receberam cartas incondicionais, 159 (39%) cartas condicionadas à prestação de serviços e 134 (33%) adquiriram as suas cartas com pecúlio. PIRES, Maria de Fátima Novaes. “Cartas de alforria...”, op. Cit.

34 O preço médio pago pelos homens foi de 649\$000. O maior preço pago foi de 1:400\$000 réis, e o menor foi de 100\$000 réis. Entre as mulheres o maior preço foi de 1:200\$000 réis pago pela africana Inês de 40 anos de idade, e o menor valor foi de 50\$000 réis pago pela africana Luiza, velha e doente com recurso de esmolos que amealhou nas ruas da cidade de Nazaré. A média de preço pago pela alforria de uma escrava foi de 455\$000. APB – *Livro de Notas do Tabelião*. Nazaré, Jaguaripe e Santo Antonio de Jesus, (1850-1888).



A liberdade foi, de fato, custosa para o escravo em todas as situações em que ela se apresentou, seja pela compra, incondicional ou condicionada a serviços. Decerto que abrir mão de um bem tão valioso nunca fez parte do projeto dos senhores escravistas e, para atingir seus objetivos, os escravos buscaram criar estratégias não apenas para conseguir acumular o erário necessário para sua compra, mas também para abrir um caminho de negociação que lhes fosse favorável junto ao seu senhor, o que nem sempre deu certo.

Ao tratar dessa questão, Robert Slenes traz uma interessante história contada pela viajante Maria Graham no início do século XIX. Segundo essa história, em geral, o escravo, além de ser “industrioso” o que lhe rendeu “uma boa porção de propriedade privada”, havia conquistado a confiança do senhor, o que lhe garantiria “em tese” a possibilidade de negociar sua liberdade. No entanto, descobriu que teria calculado mal sua estratégia de aproximação com seu senhor, pois tornara-se “tão valioso ao senhor, que este recusou-se a alforriá-lo”.³⁵ Decerto que nem sempre o escravo obteve sucesso em sua empreitada, mas não se pode negar que a conquista da alforria envolvia “geralmente uma rede ampla de relações e conflitos”, seja na busca de meios para angariar vinténs, seja estabelecendo relações afetivas e de confiança com seus senhores. É o que se tem observado na leitura dos testamentos e inventários.

Sem dúvida, o momento da negociação para a compra da alforria trouxe tensões, nervosismo e apreensão por parte do cativo que buscou contornar situações desfavoráveis (em alguns casos até se posicionando de forma impositiva), como a que se pode observar na leitura do requerimento da escrava Ritta durante a abertura do inventário de sua senhora.

Diz Ritta, escrava pertencente a finada Maria Francisca de Jesus, que tendo depositado em mão do negociante José Antonio Oliveira a quantia de 400\$000, preço de sua avaliação judicial no inventário de sua senhora, quer que V. Sa. Dignando-se mande passar carta de liberdade, não admitindo proposta alguma que sobre si seja apresentada. (Grifo nosso)³⁶.

O argumento apresentado pela escrava sinaliza com precisão tais tensões e deixa um vislumbre das negociações e conflitos existentes no seio da escravidão. Casos como o apresentado acima não eram isolados na história da escravidão no Brasil. Sidney Chalhoub identificou um número significativo de escravos que se recusavam terminantemente a sair da

35 SLENES, Robert W. *Na senzala uma flor...*, op. Cit., pp. 201-202.

36 APB – *Inventário de Maria Francisca de Jesus*, (06/2683/11), 1877.



Corte em direção às fazendas de café do interior.³⁷ Sem discutir aqui as motivações para tal recusa, fica patente que os escravos estavam atentos às suas possibilidades de negociação. No caso da escrava Ritta, era o ano de 1877, e ela certamente conhecia, mesmo que de ouvir dizer, os novos instrumentos legais que poderia utilizar a seu favor. Não sabemos, ao certo, quando os cativos passam a reconhecer a justiça como um meio legal de acesso à liberdade. É fato que a grande maioria dos escravizados era analfabeta, e que poucos tiveram acesso ao texto da lei que lhes garantia algum direito, mas, diante do significativo aumento de cativos que buscaram a justiça no pós 1871, pode-se concluir que os cativos tiraram proveito das importantes informações que lhes chegaram através da oralidade. Afinal, diante da lei, os senhores não podiam mais impedir que, no cotidiano, seus escravos agenciassem seus ganhos; como não podiam mais se negar a conceder-lhes a alforria por pecúlio porque tal direito estava estabelecido no artigo quarto, parágrafo segundo, da lei de 28 de setembro de 1871, como bem avaliou Sidney Chalhoub.³⁸

Outro momento de tensão pode ser surpreendido na petição feita por Carolina Isabel de Lima em 1875, em relação à sua escrava. Viúva e impedida de dispor dos bens deixados por falecimento de seu marido, ela buscou na justiça autorização para vender a escrava Sebastiana, “pelo seu incorrigível procedimento e impossibilidade em que estou de continuar a tê-la em meu poder”.³⁹ Não é possível evidenciar aqui as motivações que levaram ao “incorrigível procedimento” de Sebastiana, porém parece sugestivo avaliar que, nesse caso, a cativa utilizou-se de tal estratégia encontrada para sair do “pior cativeiro”. Sem dúvida que, no Recôncavo - como em outros lugares onde reinou a escravidão - a luta pela alforria aparece costurada a um tecido amplo de relações e conflitos. Mesmo em situações em que a manumissão não podia ser negada, como nos casos em que a lei garantia esse direito, com a promulgação da “lei do ventre livre, diversos senhores fizeram questão de declararem-se como “ justos, superiores e bondosos”, como observa Ricardo Tadeu Caires Silva.⁴⁰

As expressões corriqueiras nas cartas de liberdade revelam ainda que o escravo só poderia cruzar a fronteira da escravidão para a liberdade por vontade expressa do seu senhor particular. Assim, a ideia que se pretendia passar é que a manumissão não era fruto da conquista do cativo, mas sim uma dádiva concedida pelo senhor ao escravo “por caridade, atendendo

37 CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade...*, op. Cit.

38 CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade...*, op. Cit., p. 158.

39 APB - *Inventário de Luiz Cerqueira Lima*, (04/1517/1986/10), 1875.

40 SILVA, Ricardo Tadeu Caires. *Os escravos vão à justiça: a resistência escrava através das ações de liberdade*. Bahia, século XIX. 2000. Dissertação (Mestrado em História) -FFCH/UFBA, Salvador, 2000.

aos bons serviços” ou “pelo muito amor que lhe temos e pelos bons serviços que nos tem prestado”.⁴¹

Mais do que apenas histórias esparsas, os caminhos traçados por essas mulheres cativas para a conquista da liberdade revelam momentos de luta, dúvidas, medo, expectativas e nervosismo diante das condições impostas pelo cativo e, talvez pelas incertezas proporcionadas pela nova condição de libertas. Muitas delas vivenciaram a venda de filhos e companheiros sem que pudessem interferir; outras, mais sagazes, cruzaram a fronteira da escravidão para a liberdade levando consigo seus filhos também cativos. Situações diversificadas que, em certo sentido, refletem os diferentes esforços na busca da compra da alforria e da sua inserção no mundo dos livres.



41 SOARES, Marcio de Sousa. “A remissão do cativo: a dádiva da alforria e o governo dos escravos nos Campos de Goitacases, 1750- 1830”. *ANPUH*, XXV Simpósio Nacional de História, Fortaleza, p. 1-17, 2009. (Disponível *online*); MATTOS, Hebe. “Laços de família e direitos no fim da escravidão”. In: *História da vida privada no Brasil: Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.